



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

**TERMO DE AUDIÊNCIA DE TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO**

Processo nº: **1020045-37.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Execução de Título Extrajudicial - Locação de Móvel**  
 Exequente: **Rosely Teresinha Cerminaro- Acompanhado(a) pelo(a) Advogado(a) Dr(a). José Marcelo Valentim da Silva /OAB/SP 169.416.**  
 Executado: **Juraci Cavalcante de Amorim, Agenor Lopes Amorim, Edevair Cavalcante de Amorim, Jessica Cristina Francisco - acompanhado de seu advogado DR. PAULO CELSO MACHADO FILHO/OAB/SP 263.998.**

Aos 02 de março de 2016, às 17:00h, na sala de audiências da Vara do Juizado Especial Cível, do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do(a) **MM Juiz**, comigo escrevente ao final nomeado, foi aberta a audiência de tentativa de conciliação, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Apregoadas, constatou-se o comparecimento das partes, bem como de seu(s) advogado(s) e representantes, acima identificados.

Proposta a conciliação esta foi aceita pelas partes nos seguintes termos. O(a) requerido(a) pagará ao requerente, por conta de todo o débito, o valor de **R\$ 5.400,00**, em **12 parcelas, sendo a 1ª** no valor de R\$ 1.000,00 que será paga em 25/03/2016 e as demais no valor de R\$ 400,00 no mesmo dia dos meses subseqüentes. Os pagamentos serão efetuados diretamente na conta corrente da autora, **Banco 033 - Agência 0024 C/C 05010253-0**, e o(s) comprovante(s) de depósito servir(ão) como recibo. O não pagamento de uma das parcelas, implicará no vencimento antecipado das demais além de multa de 20% sobre o saldo remanescente da dívida. As partes acordam ainda que quando da efetivação da penhora, os executados (fiadores) desistem do prazo para oferecimento de embargos. Pelo MM. Juiz Dr. **Silvio Moura Sales** foi dito: *"Vistos. Homologo, para que tenha eficácia de título judicial, o acordo a que chegaram as partes. Há resolução do mérito nos termos do art. 269, III do C.P.C. Decorridos 5 (cinco) dias do prazo previsto para o pagamento da última parcela, sem qualquer manifestação em sentido contrário ao pactuado, façam-se as anotações de estilo, providenciando-se a baixa definitiva e arquivamento dos autos digitais, presumindo-se cumprida a obrigação (Seção V, item 14.2.1 do Prov. 806/03). Cumprido o acordo, levante-se a penhora. Publicada nesta audiência, REGISTRE-SE". E.T. As partes pedem a desistência do prazo recursal, o que é homologado pelo MM Juiz. Saem os presentes intimados e cientes de que este termo será visualizado nos autos virtuais somente com a assinatura digital do MM Juiz, porquanto o impresso e assinado pelas partes, não será digitalizado para os autos, eis que ficará arquivado cartório, pelo prazo máximo de até 2 (dois) anos. NADA MAIS.* Eu, \_\_\_\_\_ Regina Celia Brigante Marchezin, Chefe de Seção Judiciário, digitei.

**MM Juiz:**

Requerente(s):

Adv. Requerente(s):

Requerido(s):

Adv. Requeridos(s):